

Barca, A., Peralbo, M., Porto, A., Duarte da Silva, B. e Almeida, L. (Eds.) (2007).
Libro de Actas do Congresso Internacional Galego-Portugués de Psicopedagogía.
A.Coruña/Universidade da Coruña: Revista Galego-Portuguesa de Psicoloxía e Educación.
ISSN: 1138-1663.

IMIGRAÇÃO: UM PONTO DE NÃO RETORNO OU O MITO DO ETERNO RETORNO? UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS IDENTIDADES E DAS CULTURAS

Ana Pedro
Universidade de Aveiro
Dep. Ciências da Educação
3800 Aveiro
Portugal
apedro@dce.ua.pt

Apesar da polissemia subjacente ao conceito “representações sociais” quer quanto à sua natureza¹, quer quanto às suas funções², quer ainda, quanto aos domínios específicos a que se refere³, partimos do pressuposto de que “*a representação social é sempre uma unidade do que as pessoas pensam e do modo como fazem...uma representação é mais do que uma imagem estática de um objecto na mente das pessoas; ela compreende também seu comportamento e a prática interactiva de um grupo*” (Wagner;2000:11).

Acresce ainda o facto de que as representações não necessitam ser objectivas quando referentes a uma realidade externa, ou mesmo verdadeiras, muito embora possam tornar-se evidentes fruto da relação entre o reconhecimento representado e a evidência disponível. A evidência é, na generalidade dos casos, o consenso social, pelo que as representações sociais têm uma verdade fiduciária (Moscovici; 1988).

Para além disso, e na senda de Abric (2000), o conceito de representação social caracteriza-se essencialmente pela ausência de dicotomia entre sujeito e objecto, de tal modo que o que se pensa sobre as normas, por exemplo, mais não é do que um prolongamento do seu

1 Com efeito, o termo representações sociais pode ser adoptado quer como categoria explicativa ou analítica de um conceito, ou como um processo de compreensão de diferentes objectos. Neste sentido, também pode constituir uma espécie de topografia mental de várias culturas e sociedades modernas. Constitui, ainda, o conjunto de conhecimentos partilhados por um grupo, comunidade ou sociedade, sobre o seu sistema de crenças, símbolos, imagens, metáforas. Wagner, W. 2000. Representações sociais: gênese, estrutura e relações. 3- 26. Moreira, A. ; Oliveira, D. Estudos interdisciplinares de representação social. Ed. Cultura e Qualidade.Goiânia.

2 Na perspectiva de Abric, as representações sociais têm por função: ajudar a compreender a realidade; definir a identidade, absolutamente fundamental quando em comparação com outros grupos, proteger a especificidade dos grupos na manutenção de uma imagem positiva; constituir um referencial de conduta para os seus membros e, finalmente, explicar e justificar as tomadas de posição face aos seus parceiros. Abric, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. 27-38. Moreira, A.; Oliveira, D. 2000. Estudos interdisciplinares de representação social. Ed. Cultura e Qualidade. Goiânia.

3 Wagner;2000: 3-4) distingue três domínios específicos da representação social – a ciência popularizada (em que o conhecimento popular integra um conjunto de conhecimentos e teorias científicas operando-se, assim, uma vulgarização da ciência); a imaginação cultural permitindo uma interacção social integrada, recriando os objectos, e, finalmente, representações sobre as estruturas sociais e eventos específicos, tais como: desigualdade social, xenofobia, movimento feminista. O denominador comum destes diferentes campos de entendimento das representações sociais reside no facto de se constituírem como um processo de comunicação dos grupos sociais. Neste sentido, a representação social enquanto processo só pode ocorrer quando a comunicação se verifica para que a construção social ocorra, quer por meio dos discursos públicos nos grupos, quer por meio da criação de conhecimento criado pelo grupo.

comportamento. Desta forma, não existe nenhuma realidade objectiva, pois toda ela é construída a partir das representações subjectivas do observador, sendo reapropriada, reconstruída e integrada no seu sistema de valores dependente do contexto epocal em que se insere. Ora, este modo de entender a representação social adquire, assim, uma visão funcional do mundo que permite ao sujeito uma atribuição de sentidos às suas condutas e compreensão da realidade, pelo que “*a representação social não é um simples reflexo da realidade, ela é uma organização significativa*” (Abric:2000;28); ela é o que permite interpretar a realidade e adaptar-se a ela; é um guia para a acção, na medida em que determina um conjunto de acções e comportamentos. A abordagem estrutural das representações sociais, segundo Abric (1976), permite-nos considerá-las, na sua forma constitutiva, como tendo um núcleo central e outro periférico. Com efeito, as representações sociais organizam-se, primeiramente, em torno de um núcleo central que é determinado quer pela natureza do objecto representado, quer pelo tipo de relações que o grupo mantém com o objecto, quer ainda, pelo sistema de valores e normas sociais que constituem o contexto ideológico do grupo naquele momento. (Abric:2000;30). Para além disso, o núcleo central assume ainda duas outras funções (geradora e organizadora) caracterizando-se por ser o núcleo mais estável da representação assegurando a continuidade em contextos evolutivos.

Todavia, em torno do núcleo central vão-se acoplando outros elementos periféricos com funções de concretização, de regulação e de defesa: o primeiro, constituem o interface entre o núcleo central e a realidade concreta; o segundo, tem por papel essencial a adaptação da representação às evoluções do contexto, sujeito a reinterpretações provenientes de conflitos emergentes, e por último, o núcleo periférico funciona como um sistema de defesa da representação, uma vez que se o núcleo central se alterasse substancialmente provocaria uma alteração completa.

O duplo sistema de funcionamento das representações sociais funcionam como um entidade regida por um duplo sistema: um sistema central, constituído pela base comum social e colectiva que define a homogeneidade do grupo, e um sistema periférico, associado a características individuais que permitem uma releitura da realidade e uma consequente adaptação e integração das experiências do vivido (heterogeneidade de comportamentos e de conteúdo); portanto, bem mais flexível que o sistema central.

Assim sendo, “*as representações sociais são simultaneamente estáveis e móveis, rígidas e flexíveis consensuais e marcadas por fortes diferenças individuais*” (Idem:33; Doise:1985).

Efectivamente, é precisamente este movimento que vemos desenhar-se nas descrições dos imigrantes que se deslocam ao nosso país, objecto do nosso estudo, e a que recorrem recorrentemente. Com efeito, o núcleo central é sempre protegido “contra” as agressões ou invasões da cultura dominante e assistimos, assim, à criação de associações de imigrantes cumprindo uma das suas funções principais na preservação da sua cultura de origem.

Mas, também é verdade quando verificamos o contrário; i.é, quando os *inputs* da cultura de acolhimento são quase hipervalorizados a ponto de quase permitirem falar de uma alteração profunda ao nível do núcleo central; todavia, mais não são que os elementos periféricos do núcleo, flexíveis e heterogéneos que, como o autor refere, permitem um reenquadramento de novos elementos da realidade, adaptando-se.

E, o que acontece quando os actores sociais são levados a desenvolver práticas sociais em contradição com o seu sistema de representação?

Claude Flament introduz uma noção de reversibilidade da situação, segundo a qual se podem operar processos de transformação, caso a situação tenha sido percebida como reversível ou não. No caso de o terem sido, as novas práticas vão desencadear modificações na representação, segundo o qual os novos elementos vão ser reintegrados, ao nível do sistema periférico, pelo que se trata de uma transformação superficial de representação.

Quanto àquelas situações classificadas de irreversíveis, as práticas novas vão conhecer consequências significativas no processo de transformação e mudança, podendo ser de três tipos, a saber: resistente, de transformação progressiva e de transformação brutal. (Abric:2000:36).

Nesta sequência de ideias, é, portanto, incontornável a questão central colocada por Rouquette (2000) quanto à possibilidade de serem as práticas a influenciarem a natureza das representações ou serem estas que influenciam as práticas.

Mas, se as representações se modificam e as práticas também se transformam num sentido de grande reciprocidade, o que entender exactamente por mudanças?

Trata-se, portanto, de saber como se transforma uma visão do mundo e como se passa para os imigrantes. Para o autor, essa transformação, superficial ou profunda, terá de proceder sempre do seu ponto de partida, i.é, da sua historicidade entendida na sua dimensão evolutiva (processual), em construção.

Todavia, se tudo o que faço depende do que penso, este facto, em última instância, reside no seu capital cultural, o qual, por sua vez, não foi escolhido por mim, embora eu possa ter a ilusão de liberdade de escolha e de acção.

“No cenário da ideologia pregnante da autonomia (Beauvois:1994), eu me aproprio, portanto, daquelas representações de que sou portador, a ponto de ficar persuadido de que eu faço, incessantemente, com que elas derivem dos meus actos” (Roquette:2000:42)

Neste sentido, a influência das representações sobre as práticas é, então, uma condição de coerção variável. Mas se analisarmos a questão da influência das práticas sobre as representações: i.é, em que medida é que o que eu penso depende do que eu faço? neste contexto, aquilo que faço não foi aquilo que escolhi forçosamente fazer encontrando-me, não raras vezes, em situações que mais não fazem do que “extorquir” de mim uma conduta que não escolhi.

Neste caso, o redireccionamento da representação realiza-se após a acção, após a experiência da realidade. E é efectivamente o que vemos acontecer com os imigrantes quando, antes de se deslocarem para o nosso país traziam com eles uma determinada concepção de Portugal e dos portugueses que se foi desconstruindo ao longo do tempo.

Assim sendo, já não é mais exacto afirmar que, afinal, há uma condição de reciprocidade de influência entre as representações sociais e as práticas, uma vez que aquelas são uma condição das práticas e as práticas constituem um agente de transformação das representações.

Tendo em consideração o que acabamos de afirmar, qual, então, a natureza das representações que os entrevistados de ambas as associações analisadas detinham de Portugal, enquanto país de imigração, antes e depois de vir?

Que imagens resultaram do confronto de ambas as culturas (a de origem e a de acolhimento)?

Qual o perfil identificador da sua maneira de ser e da dos portugueses? I.é, quais as representações de uns e de outros acerca de si próprios e, quais as representações que cada qual tem acerca dos outros?

Essas auto e hetero-representações estiveram, ou não, sujeitas a uma evolução a partir do momento em que se estabeleceu um contacto mais profundo com a cultura do país de acolhimento?

E, qual a atitude da sociedade de acolhimento face a estes imigrantes ter-se-á pautado pelos mesmos critérios, ou não?

Registaram-se, ou não alguns incidentes críticos discriminatórios de racismo e xenofobia?

No que diz respeito à Associação de Imigrantes Africanos gostaríamos de destacar os seguintes aspectos:

Imigração: um ponto de não retorno ou o mito do eterno retorno?

1. Do ponto de vista do percurso migratório individual

Apesar de se ter registado um sucesso aparente do ponto de vista da integração do sujeito e do seu agregado familiar, quer a nível profissional, pessoal e social, parece ter-se chegado a um ponto de não-retorno: era completamente impossível voltar à Guiné: “*Impossível ficar na Guiné*” (608;676;702;710); “*nem mesmo como cooperante*” (614;622); já era mais português: “*Já está um bocadinho parecido com os portugueses*” (470), “*agora eu sou português, não é?*” (698;700); muito embora, ainda com alma de africano: “*eu continuo africano*” (194; 234).

- Embora pareça existir uma certa harmonia de entendimento entre as culturas que alberga, guineense e portuguesa, tal facto não constituirá uma situação concreta de violência simbólica a que o(s) sujeito(s) est(ão) permanentemente exposto(s) por ver a sua cultura esvair-se por entre as cortinas do esquecimento?
- Neste sentido, qual o verdadeiro sentido de integração, no que se refere a este caso em particular: ter-se-à dado uma integração demasiado bem sucedida ou uma assimilação perfeita “*Vivemos numa cultura que também herdamos um pouco de Portugal*” (014)? E, apesar de “*não devermos esquecer a nossa própria identidade*” (226), em que condições é que esta se tem vindo a manter?

Por outro lado, quais os incentivos políticos, educativos e individuais necessários desenvolver por forma a que a(s) culturas(s) não se percam nas teias de vida e os direitos de cidadania se construam e edifiquem?

Parece haver desejo e vontade de participar na construção de um país que necessita de toda a ajuda; todavia, estão a perder-se oportunidades nesse sentido por não se ter dado sequência ao acordo de cooperação educativa e científica entre Portugal e Guiné-Bissau: têm de se criar condições dignas para que essa mesma participação ocorra, pois, “*nem mesmo como cooperante*” (614;622) parece ser possível.

- No caso em questão, ter-se-à perdido definitivamente o “fio da meada” uma vez que se “*vão perdendo as histórias da Guiné-Bissau*” (1464) “*e perdem-se com a própria língua*” (1466;1468;1470;1480;1516;1518;1539)?

2. Do ponto de vista do percurso colectivo: criação de uma Associação de Emigrantes

Africanos

Registou-se a necessidade de criar uma associação como elemento forte de coesão social, de unidade e de identificação cultural entre os elementos da cultura de origem, bem como estratégia de integração social e cultural no país de acolhimento, no sentido de aumentar a consciência cívica dos mesmos: “*Há pessoas imigrantes que aqui estão*” (842) “*que não sabem os seus direitos e os seus deveres*” (844;846); “*encaminhar os filhos para a escolaridade obrigatória*” (862); “*ajudar no trabalho e emprego*” (864); “*apoio jurídico*” (873)

Mas, qual a natureza dessa integração?

Como se relacionam os portugueses com estes imigrantes, em particular? Que representações (imagens, posturas) fazem a seu respeito? Variam, ou não, em relação à da Associação de Apoio ao Imigrante, dos países do Leste europeu? Como? Porquê?

No que diz respeito à Associação de Imigrantes Africanos, há a registar a incidência de alguns episódios críticos, típicos de discriminação relativos ao seu comportamento particular: “*nunca conseguimos espaço para trabalhar...não tínhamos uma sede*” (1050; 1056); “*no princípio tudo bem...quando soube que era uma associação africana...ah não*” (1071;1075; 1079);

Assim, as diferenças culturais emergem nitidamente: enquanto o **povo guineense** é um povo que esquece facilmente as coisas más da vida (432); é muito festivo (434; 450;454;457; 466); povo sincero, dão muito mais apoio e carinho (482;484;486), são mais solidários (492); tentam ajudar (498); a forma de viver é diferente (558;564); já a representação dos portugueses, aos seus olhos, oscila entre uma imagem destes como Colonizadores (sem marca negativa no povo guineense- 056), até à consciência das diferenças e das dificuldades cognitivas (070;071); pouco organizados (110); honestos (142); trabalhadores (146); receptivos (146); hospitaleiros (152); sérios e tristes (438).

2. Desenvolvimento de capacidades de empenhamento, iniciativa, trabalho a fim de ultrapassar as 1^{as} dificuldades e obstáculos; será mesmo verdade que a associação “*acabou*”...porque “*nunca tivemos jeito para trabalhar*” (1097;1149;1151) ou porque “*nunca conseguimos espaço para trabalhar...não tínhamos uma sede*” (1050; 1056); “*no princípio tudo bem...quando soube que era uma associação africana...ah não*” (1071;1075; 1079), fruto dos estereótipos sociais, apesar de nas suas festas haver sempre uma “*confusão...não sabíamos quem eram os portugueses...cabo-verdianos...guineenses*” (996); e de considerarem que “*nós sempre fomos bem aceites*” (1278)?

Mantém-se assim a pergunta que procura saber quais os incentivos políticos, educativos e individuais necessários desenvolver por forma a que a(s) culturas(s) não se percam nas teias de vida.

3. Receptividade do país de acolhimento

Apesar da Imagem relativamente positiva que este povo guineense tem dos portugueses a que nos referimos anteriormente e por contraposição à sua, o certo é que os estereótipos relativamente ao povo africano, em geral, parecem manter-se e preservar-se no sossego da cultura dominante.

Apesar de tudo, i.é, apesar de ver nos portugueses os Colonizadores do seu país e não guardar ressentimentos (sem marca negativa no povo guineense- 056), por ser essa a natureza do seu povo (“*o povo guineense é um povo que esquece facilmente as coisas más da vida*” (432); por ser “*muito festivo*” (434; 450;454;457; 466), e, por esse mesmo facto, ver-“*lhe*”ser vedada a possibilidade de alugar uma sala

para sede da sua associação; apesar de “*Já está um bocadinho parecido com os portugueses*” (470), apesar disto tudo, dizíamos, apesar de tudo isto, dizíamos, ainda consegue apreciar estética e afectivamente a língua portuguesa como sendo uma língua bonita, quando “*bem falada é uma língua bonita*” (414), sem guardar ressentimentos “*nós sempre fomos bem aceites*” (1278).

Reflexão final

Afinal, apesar de tudo sabemos sempre que as saudades se mantêm e, por muitos recursos que se utilizem para as debelar (“*Crioulo mata saudades do país distante*” (422;424), ou de empreender visitas à Guiné, nunca é a mesma coisa que viver no país natal; parece, assim, que nos encontramos infinitamente enredados nas teias de um “eterno retorno”, ou que fazemos parte de uma história do mito do eterno retorno, pois, por muitas viagens que façamos, acabamos sempre por nunca sairmos de nós próprios, do berço da nossa cultura e das nossas raízes, das origens profundas do nosso ser que tem uma língua e uma cultura específica que não tem de ficar amordaçada pela dominância imperativa de uma outra cultura, mas que deve ser integralmente respeitada nos seus direitos e deveres.

A realidade, porém, parece ser outra, como sabemos: os constantes atropelos às possibilidades de exercer os seus direitos de cidadania no mundo mais não fazem, em nosso entender, do que chamar a atenção da necessidade de mudança de rota em que a alternativa parece ser, claramente, outra: a do reconhecimento do exercício pleno da cidadania inerente aos cidadãos livres, incentivando positivamente a iniciativa de associação, em vez de uma certa indiferença política (“*Apoio do governo civil de Aveiro apenas em dinheiro*” (1000) ou social. A começar, porque não também pela educação?

Mas, o que dizer relativamente aos imigrantes, maioritariamente provenientes dos países do Leste europeu, da Associação de Apoio ao Imigrante? Como é que estes se vêm a si próprios? E aos portugueses? Por outro lado, como se relacionam os portugueses com estes imigrantes, em particular? Que representações (imagens, posturas) fazem a seu respeito? Variam, ou não, em relação às da Associação de Imigrantes Africanos? Como? Porquê?

Também neste caso, as diferenças emergem de uma forma nítida entre os portugueses e os imigrantes de leste quando a primeira imagem que fazem de Portugal, antes mesmo de vir, aparece descrita como um país de “*piratas ...por causa dos descobrimentos*” (030); de “*fado... “tradições fortes...família*” (172); *portugueses...compositores*” (358) a um “*país cheio de flores*” (038)

Para além disso, as diferenças culturais emergem ainda a outros níveis, nomeadamente, na educação que constituiu um “*Choque...grande com sobre a educação*” (054); “*na escola...desorganização de professores*” (058), pois, no seu país de origem, valoriza-se bastante mais a educação “*valor da educação*” (197), mesmo quando os “*professores recebem muito pouco e trabalham muito*” (074); na “*universidade...professores começam aulas tão atrasados estudantes também atrasam-se e nós na universidade certo direito*” (096); se o “*estudante não vai passar vai chumbar não é culpa do estudante culpa de professor e aqui a professor está independentíssimo dos estudantes*” (112); “*muito prestígio nos estudos*” (192).

É ainda ao nível cultural e valorativo que as mesmas se registam, “*diferenças no casamento...nós não namoramos*” (176); “*...só casamos*” (178); “*ninguém pode-se casar na igreja*” (186); ao nível

identitário, “*pra não esquecer que quem eu sou sempre tive num saco de plástico diferentes entrei na fábrica tudo como todos igual*” (294); ao nível da herança histórica, literária e cultural “*não queremos pra nossas crianças esquecer tudo isto*” (434); “*vida dos imigrantes nunca está com seguro*” (447), “*peessoas russos no podem não saber cultura e história e literatura isso é mais valia*” (463); quer, ainda, ao nível do trabalho: “*Na Rússia a pessoas mais libertas mais sem atenção tanto cá têm trabalho não precisam trabalhar*” (144).

Mas, ainda assim, as diferenças parecem não pesar tanto quanto algumas similitudes encontradas, pois, “*não é para fazer muros como os portugueses*” (198); “*estamos bem porque somos reconhecidos por coisas boas*” (404); “*não vejo tanta diferença*” (174).

E, se antes, havia a “*tristeza sozinhos andaram com esses sacos grandes beberam muito porque é estrangeiro é custo ficar no estrangeiro sem saber língua*” (136); “*sem família que é longe só trabalhar até é dia*” (138); com a criação da associação: “*pra já temos através como apoio de associação eles já conseguiram convidar as mulheres conseguiram legalizar a situação da família nós aqui fazemos traduções estamos ligados com embaixadas*” (140); resta, agora, “*agradecer todos portugueses que apoiaram que estão a acolher tantos emigrantes sem conhecer... grandíssimo coração... em nenhum povo no vais dar apoio sem conhecer a pessoas*” (270).

Apesar de tudo, a diferenciação de comportamentos entre os imigrantes também é registada reconhecendo alguma “*vergonha... imigrantes que eles portam-se tão mal... os portugueses vão deixar dar confiança*” (284); “*nós também temos lhes ter respeito temos respeitar*” (286); “*encarregado (da fábrica) só foi ele que foi procurar universidade ó Mila tu tens de estudar tu és professora tu tens de estudar o português pra conseguir melhorar altura vida*” (292).

Ora, este forte empenhamento pela imagem a passar para a comunidade de acolhimento e o forte incentivo recebido pelo poder local (Junta de Freguesia; “*doutor Hélio convidou-me para começar a trabalhar na associação*” (264); o apoio financeiro entretanto recolhido: “*é apoio do ministério de alto comissariado... sempre atrasado*” (406); Milenium BCP (413);); o conjunto de actividades realizadas, desde “*organizar um natal dos imigrantes*” (354); “*esperava fazer um jornal*” (366); “*uma página*” (372); “*jornal inteiro*” (376); “*consultas atendimento dirigindo as pessoas pra várias instituições... informação certa muito importante*” (386); teatro (529); excursões, exposições (552); as metodologias: textos, filme, artesanato russo, mapa; poemas, escritores, compositores, teatro, restaurante russo, tradições (660), (664), (680), a criação de uma escola: “*escola... pra filhos imigrantes... depois não queremos fazer gueto... não é só escola para imigrantes*” (394); certificado escola russa (455), e de uma escola de domingo: diferentes línguas (russo, ucraniano; literatura russa” (422;424); a criação de um jornal: Juntos (378), tudo isto, para além dos objectivos básicos a atingir a quem a eles se dirige pela primeira vez; “*início foi a legalização... traduções... apoio jurídico... apoio psicológico*” (392); depois: “*família traduções certidões de nascimento de casamento... dados pra alunos conseguir entrar nas escolas portuguesas*” (392); tudo isto, dizíamos, contribuiu enormemente para que os imigrantes desta Associação passassem a beneficiar de uma imagem absolutamente positiva perante a população local e de grande aceitação da mesma.

Mas não só; há também que contar com outros factores igualmente importantes, tais como o facto de serem portadores de habilitações literárias bastante elevadas, como é o caso da nossa entrevistada, pois exercia funções de Vice-directora na escola judaica (Israel/Ucrânia) durante 5 anos (218), o seu elevado grau de educação no trato diário com a população de acolhimento que, juntamente com os anteriormente

referidos, permitiram uma maior visibilidade e projecção na sociedade de acolhimento.

Bibliografia:

- Abric, J-C. A abordagem estrutural das representações sociais. 27-38. Moreira, A.; Oliveira, D. 2000. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Ed. Cultura e Qualidade. Goiânia.
- Rouquette M.-L. Representações e práticas sócias: alguns elementos teóricos. 39-46. Moreira, A.; Oliveira, D. 2000. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Ed. Cultura e Qualidade. Goiânia.
- Wagner, W. 2000. Representações sociais: gênese, estrutura e relações. 3- 26. Moreira, A. ; Oliveira, D. *Estudos interdisciplinares de representação social*. Ed. Cultura e Qualidade. Goiânia.